



# Anais da Assembléia

Nº 22

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 11 DE ABRIL DE 1984

ANO X

## 2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA

### ATA DA 18.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 11 DE ABRIL DE 1984

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Trajano Bastos, secretariada pelos Senhores Deputados Edmar Luiz Costa e Rubens Bueno.

À hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airtton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Annibelli, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte, Wilson Fortes e Antônio Belinati (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - Procede a leitura do seguinte

#### EXPEDIENTE:

#### Ofício:

Sob o n.º ATG 767/84, do Senhor Governador do Estado, agradecendo a aprovação da Mensagem n.º 83/84, referente à viagem que o Vice-Governador do Estado, Doutor JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS, empreenderá à Europa, onde irá representar oficialmente o Estado, na feira de Hannover/84, na Alemanha.

#### Telex:

Do Senhor Deputado ANTONIO MAZUREK, comunicando impossibilidade de comparecer à Sessão Solene de Comemoração do Dia Internacional da Mulher, pelo motivo de sua ausência do País na referida data, e envia os sinceros cumprimentos. Ao conhecimento da Casa.

Do Senhor Deputado NELSON MARCHEZAN - Líder do Governo na Câmara Federal, acusando o recebimento de correspondência referente ao Projeto de Lei n.º 846/75, e informa que o mesmo está na Comissão de Minas e Energias para apreciação. Ao conhecimento da Casa.

#### Requerimentos:

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário regime de urgência para a Mensagem Governamental n.º 1/84.

Sala das Sessões, em 11/04/84

(a) ANÍBAL KHURY.

Apoiamento: LUIZ ALBERTO OLIVEIRA.

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário seja retirado da pauta da Ordem do Dia, o Projeto de Lei Complementar n.º 01/84, de autoria do Poder Executivo, mensagem n.º 02/84.

O referido projeto de lei está sendo retirado da pauta da Ordem do Dia para ser apreciado pela Comissão de Recursos Humanos.

Sala das Sessões, em 11/04/84

(a) CAÍTO QUINTANA.

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

Os Deputados que este subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, seja criada uma Comissão composta por Parlamentares de ambos os Partidos, com a finalidade de coletar elementos e oferecer sugestões ao egrégio Tribunal de Justiça, onde estão sendo elaborados estudos para o encaminhamento de Mensagem, versando sobre a nova Lei de Organização e Divisão Judiciárias do Estado, composta por três membros.

Sala das Sessões, em 11/04/84

(aa) NILSO SGUAREZI e FUAD NACLI.

JUSTIFICATIVA:

Mensagem de conhecimento da Casa

Tribunal de Justiça está elaborando para o encaminhamento de Mensagem que tratará da nova Lei de Organização e Divisão Judiciárias do Estado.

Sabemos que torna-se difícil aos Senhores Desembargadores que compõem a Comissão encarregada dos trabalhos, a obtenção de elementos concretos sobre a situação de todas as serventias do Estado, principalmente no tocante às suas localizações.

Apesar dos reconhecidos esforços desenvolvidos pela corregedoria da Justiça, cujo atual titular, demonstrando disposição de trabalho ímpar, está percorrendo grande parte do território paranaense, realizando inúmeras correições, em seus dois anos de mandato não terá oportunidade de percorrer todo o Estado.

Os Parlamentares, como é sabido, inclusive através de notícias emtostecedoras, pois, estão sujeitos a seguidos acidentes automobilísticos, percorrem quase que semanalmente as regiões pelas quais foram eleitos.

Assim, em contato direto com toda a população do Estado recebem informações e vários subsídios que poderão ser transmitidos ao Tribunal de Justiça, inclusive no tocante às serventias deficitárias ou desnecessárias, distância entre as comarcas e muitos outros elementos que poderão auxiliar melhor distribuição das Seções Judiciárias.

O trabalho da Comissão que se propõe criar, em nenhum momento poderá ser tomado como ingerência deste Poder junto ao Judiciário, pois, terá como objetivo principal a coleta de elementos que possam auxiliar aquele Poder a elaborar um anteprojeto mais adequado à realidade do Paraná em que vivemos.

Acreditando que esta iniciativa será compreendida e aceita, esperam alcançar suas elevadas finalidades.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos desta Casa um voto de congratulações à Rede Globo de Televisão e à Televisão Paranaense - Canal 12, pela magnífica cobertura jornalística proporcionada pelo comício pelas eleições diretas, realizado ontem no Rio de Janeiro.

A demonstração de maturidade cívica demonstrada pelo povo da Guanabara, com a presença marcante de Governadores de Estado, tais como: José Richa, Tancredo Neves, Franco Montoro e Leonel Brizzola, acompanhados de figuras de destaque na política nacional, como o Deputado Ulisses Guimarães, Presidente Nacional do P.M.D.B., me-

receu daquela rede nacional de televisão um tratamento digno de suas tradições de bem informar, sem vinculações com sectarismos políticos e ideológicos.

A qualidade da reportagem e os recursos técnicos utilizados engrandecem, sem qualquer sombra de dúvida, o trabalho desenvolvido ontem pelas emissoras que compõem a Rede Globo.

É de um jornalismo maduro, isento e corajoso que tanto necessita este País na luta pela sua afirmação no concerto das Nações.

Pelos motivos expostos, REQUEIRO, outrossim, seja dada ciência do presente requerimento ao Diretor-Presidente das Organizações Globo, Dr. Roberto Marinho e ao Dr. Francisco da Cunha Pereira, Diretor da Televisão Paranaense - Canal 12.

Sala das Sessões, em 11 de abril de 1984.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, apelo no sentido de que sejam determinados estudos visando a adequação das taxas e emolumentos recolhidos, nos termos do disposto pela Lei n. 7257, de 30/11/79, modificada pela Lei n. 7812, de 29 de dezembro de 1983, quando da aquisição por particulares de arma de fogo, tendo em vista que os Estados vizinhos: São Paulo, Mato Grosso do Sul e Santa Catarina recolhem sob o mesmo pretexto, taxas de aproximadamente Cr\$ 3.000,00 (três mil cruzeiros), enquanto que em nosso Estado a Taxa de Segurança Pública cobrada atinge cerca de Cr\$ 21.000,00 (vinte e um mil cruzeiros).

A diferença cobrada a mais na taxa acima aludida, provoca, nas regiões fronteiriças uma considerável evasão de ICM, haja vista que o eventual comprador prefere deslocar-se para uma cidade de Estado vizinho, para efetuar a aquisição.

Sala das Sessões, em 11 de abril de 1984.

(a) EDMAR LUIZ COSTA.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado aos Senhores Agente Regional da Comissão de Financiamento da Produção - CFP - no Paraná, e Presidente da Comissão de Financiamento da Produção - CFP - em Brasília, comunicando-lhes a reivindicação formulada pela Associação das Indústrias Moageiras de Milho do Paraná e Corretora de Mercadorias, filiadas à Bolsa de Merc-

dorias do Paraná, para que as indústrias de milho também possam participar dos atuais leilões de milho.

Sala das Sessões, em 11 de abril de 1984.

(a) FERRARI JÚNIOR.

#### JUSTIFICATIVA:

As indústrias moageiras de milho não participam dos leilões e várias delas estão paralizadas por falta de matéria-prima, gerando grandes problemas econômico-sociais. Somente os suinocultores e avicultores participam dos leilões, promovidos pela Bolsa de Mercadorias do Paraná, o que vem causando situação desesperadora aos moageiros.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Cultura e do Esporte, no sentido de que sejam liberados recursos para a construção de duas canchas esportivas para o Distrito de Santo Rei e Geremia Lunardeli, ambos pertencentes à Municipalidade de Nova Cantu.

O Distrito de Santo Rei e Geremia Lunardeli, pertencentes a Nova Cantu, são constituídos respectivamente, de moradores que em sua maioria, são jovens praticantes de atividades desportivas. Mas que no entanto, por muitas vezes ficam privados de realizar disputas esportivas nas várias modalidades, em face de não contarem aqueles distritos, com quadra para tal.

Esta realidade, tem trazido vários problemas junto à Administração Municipal de Nova Cantu, que por sua vez, não dispõe de recursos orçamentários capazes de concretizar aquela justificável reivindicação.

Daí portanto, a real necessidade de que essa Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, avalie a possibilidade de oferecer o apoio ora discorrido, o que elevaria o espírito esportivo dos habitantes.

Sala das Sessões, em 11 de abril de 1984.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento ao Excelentíssimo Senhor Diretor Presidente da TELEPAR-Telecomunicações do Paraná, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Interior, encarecendo o desenvolvimento de estudos visando avaliar a possibilidade de dotar o

Município de Mariluz do Sistema de telefonia DDD-Discagem Direta à Distância.

Mariluz vem atualmente sofrendo com o sistema de telefonia, que seguramente, há muito deixou de ser compatível com a realidade sócio-econômica galgada nas atividades agropecuárias, assim como no comércio diversificado, sendo que ambos os aspectos precisam de meios de comunicações mais eficientes no que diz respeito a este setor.

Com uma população que ultrapassa quinze mil habitantes, grande parte destes, têm-se demonstrado inclusive uma certa revolta, por considerar que aquele município é injustiçado, uma vez que o Paraná é um dos Estados mais bem desenvolvidos nas ligações telefônicas, e no entanto, nunca deu atenção especial a Mariluz.

Em razão dos motivos ora relatados, espera-se por parte da TELEPAR e Secretaria de Estado do Interior, a realização de estudos devidos, visando a implantação do sistema DDD, cuja reivindicação vem de encontro aos anseios das lideranças políticas e comunitárias de Mariluz.

Sala das Sessões, em 11 de abril de 1984.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao Excelentíssimo Senhor Presidente da EMOPAR - Empresa de Obras Públicas do Paraná, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Administração, encarecendo a imediata realização de reformas gerais nas instalações do prédio onde funciona a Escola Estadual "Olavo Bilac", localizada na Municipalidade de Peabiru.

Atualmente são debilitadas as estruturas daquele estabelecimento educacional, provocando até mesmo certo perigo aos seus frequentadores, que inclusive são os responsáveis por tal iniciativa. Esta solicitação é dirigida àquela Secretaria de Estado da Administração e EMOPAR, em face de que aquela direção escolar da citada escola, não dispõe de recursos próprios, embora já se tenha desenvolvido algumas melhorias.

Espera-se portanto, uma avaliação por parte daquela Pasta que permita a adoção de medidas capazes de contribuir na eliminação dos problemas ora discorridos.

Sala das Sessões, em 11 de abril de 1984.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, PEQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, encarecendo a liberação de recursos orçamentários que serão aplicados na aquisição de combustível (óleo diesel) para o parque de máquinas existente na administração Municipal de Moreira Salles.

De iniciativa do Excelentíssimo Senhor doutor Aldenício dos Santos Maia, Chefe do Executivo Municipal de Moreira Salles, este afirma, conforme correspondência, que é indispensável que as máquinas tenham combustível suficiente, uma vez que as mesmas serão utilizadas na recuperação e conservação das estradas existentes no interior daquele município.

Por tratar-se de região eminentemente agrícola, as vias devem sempre apresentar um bom estado de tráfego, tendo em vista que por elas são escoados os produtos provenientes do resultado das colheitas dos cultivos das extensas áreas rurais.

Espera-se por parte dessa Pasta, o apoio ao que ora é relatado, em face de que aquela administração municipal encontra-se com diversas dificuldades, ante a ausência de recursos.

Sala das Sessões, em 11/04/84.

(a) RUBENS BUENO

#### Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 62/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - O piso salarial para o funcionalismo público estadual, da Administração Direta e Indireta, de regime estatutário e contratados pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho, CLT, não poderá ser inferior a dois (02) salários-mínimos regionais.

Art. 2.º - Esta lei e entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11/04/84.

(a) RUBENS BUENO

#### JUSTIFICATIVA:

visa o presente projeto de lei corrigir uma distorção que vem gradativamente se agravando, seja em decorrência dos índices inflacionários, seja em razão do tratamento desigual que vem sendo imprimido aos funcionários celetistas em relação aos funcionários estatutários.

A situação de calamidade em que se encontram os servidores celetistas do Paraná motivou o presente projeto, estabelecendo um piso salarial mínimo, a fim de que tais distorções sejam, ao menos em parte, atenuadas. Tal piso, estabelecido em dois sa-

lários-mínimos, vem de encontro às aspirações da classe, combatendo o achatamento salarial a que os referidos funcionários estavam sujeitos, sendo válido para os celetistas da administração direta e indireta.

PROJETO DE LEI N.º 63/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Os estabelecimentos da rede estadual oficial de ensino de primeiro e segundo graus, deverão ministrar em pelo menos setenta por cento do tempo previsto para aulas de ensino religioso, lições sobre a vida e ensinamentos de personagens bíblicos, do Antigo e do Novo Testamento.

Art. 2.º - Nas atividades da disciplina referida nesta lei, de matrícula facultativa, serão respeitados aspectos doutrinários ou confissionais das denominações representadas pelos alunos.

Art. 3.º - No prazo de sessenta dias o Poder Executivo regulamentará a presente lei, podendo estabelecer critérios para celebração de convênios, preferencialmente com entidades que disponham de pessoas e elementos relacionados com o ensino religioso.

Sala das Sessões, em 11/04/84.

(a) EZEQUIAS LOSSO

#### JUSTIFICATIVA:

O presente plano de lei tem por objetivo proporcionar aos alunos dos estabelecimentos da rede estadual oficial de ensino de primeiro e segundo graus, a oportunidade de estudar a vida e os ensinamentos de personagens bíblicos, com realce, logicamente, ao centro das Escrituras Sagradas, o Senhor Jesus Cristo.

Acreditamos ser dispensável, diante da cultura e visão dos nobres Pares, dizer da grande importância da formação do estudante com os perfeitos princípios contidos no Antigo e Novo Testamento do maior "best seller" de todos os tempos, a Bíblia, que, aliás tem sido, semanalmente, enfocada nas reuniões do Grupo Parlamentar do Movimento de Liderança Cristã desta Casa.

Outrossim, a iniciativa se articula às normas constitucionais, bem como à Lei Federal n.º 5692 que fixa Diretrizes e Bases para o Ensino de Primeiro e Segundo Grau e dá outras providências, a qual, no artigo 7.º, parágrafo único prevê: "o ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais dos estabelecimentos oficiais de primeiro e segundo graus".

Esperamos contar com o apoio e aprovação dos nobres Deputados e sanção do Senhor Governador do Estado para que esta proposta, transformada em lei, possa con-

correr para uma sociedade futura bem orientada.

# PROJETO DE LEI N.º 64/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## DECRETA:

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a isentar o EDUCANDÁRIO SÃO JOSÉ, das taxas de água e de energia elétrica.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11/04/84.

(a) OSVALDO ALENCAR FURTADO

## JUSTIFICATIVA:

O Educandário São José, sob a direção as Irmãs Carmelitas Missionárias de Santa Tereza do Menino Jesus, devidamente registrado no MEC sob n.º 259.179/69; na Secretaria do Trabalho de Assistência Social, sob n.º 321, de 30.05.66, é reconhecido de utilidade pública municipal e estadual.

Suas atividades são o atendimento da educação, saúde, recreação, segurança social e na formação moral, religiosa e social, com o devido respeito, amor e compreensão em relação aos menores carentes dos bairros.

Sua finalidade é, portanto, filantrópica, dando assistência educacional e social à criança, visando sua formação completa e integral, na comunidade, preparando-a para o dia a dia e para a vida.

Por estas razões, podem os Senhores Deputados ficar tranquilos quanto à necessidade das medidas propostas com o presente plano de lei, pois, o imposto ou taxa arrecadado deve voltar ao bem-estar da pessoa humana, e, neste caso, tão insignificante que não afetará as finanças do Estado.

# PROJETO DE LEI N.º 65/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## DECRETA:

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a isentar a Associação Educacional Vigilantes Mirins de Paranavaí "Frei Rafael Mainka", das taxas de energia elétrica e água.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11/04/84.

(a) OSVALDO ALENCAR FURTADO

## JUSTIFICATIVA:

A Associação Educacional Vigilantes Mirins de Paranavaí "Frei Rafael Mainka", é uma entidade dedicada exclusivamente ao amparo do menor e de caráter eminentemente filantrópico, com a finalidade de propor-

cionar a todos aqueles desamparados pela sorte, uma educação intelectual, moral e cívica lastreada no trabalho e na honestidade, para que sejam úteis aos mais velhos, ao próximo, à família e à Pátria.

De acordo com seus estatutos é totalmente de caráter filantrópico, prestando relevantes serviços à coletividade, merecendo, portanto, o amparo dos nobres Pares e igualmente do Poder Executivo, pois através de sua demonstração da conta "Sobras & Perdas" do exercício de 1983, se verifica a sua frágil situação econômico-financeira.

As medidas propostas no presente plano de lei, são as mais elogiáveis, tendo em vista a diminuta importância que representa esta isenção aos cofres públicos e que outro lado é uma ajuda importante para aquela entidade, pois em última análise, o produto arrecadado pelos impostos e taxas devem obrigatoriamente retornar ao bem-estar do elemento gerador destes recursos.

# PROJETO DE LEI N.º 66/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## DECRETA:

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a isentar o Hospital Regional Psiquiátrico "Cândido Berthier Fortes", das taxas de energia elétrica e água.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11/04/84.

(a) OSVALDO ALENCAR FURTADO

## JUSTIFICATIVA:

O Hospital Regional de Psiquiatria "Cândido Berthier Fortes", é uma entidade assistencial filantrópica e beneficente. Seus objetivos são altamente de utilidade pública e sua finalidade é essencialmente humanitária, de assistência social, médica, hospitalar e farmacêutica, principalmente no atendimento a indigentes.

Para suprir as dificuldades da alimentação dos enfermos são realizadas promoções com o objetivo de arrecadar mantimentos. A missão do hospital não é comercial e sim tentar diminuir a deficiência alimentar e agilizar melhores condições gerais aos hospitalizados com recurso da generosidade das pessoas caridosas da cidade.

É pretensão da direção do hospital desenvolver atividades com as internas, que apresentarem condições favoráveis de trabalho, ensinando-lhes atividades ocupacionais e, inclusive, algum ofício na tentativa de recuperá-las para a comunidade e torná-las úteis à sociedade.

Por estas razões, Senhores Deputados, podem avaliar as dificuldades da

direção deste hospital, principalmente com a falta de recursos na manutenção dos seus serviços.

Os objetivos do hospital são os mais humanos possíveis e merecedores das medidas propostas no presente plano de lei.

#### PROJETO DE LEI N.º 67/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a isentar a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, das taxas de energia elétrica e água.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11/04/84.

(a) OSVALDO ALENCAR FURTADO

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, entidade civil, de caráter cultural e filantrópico, com sede e foro na Comarca de Paranavaí, objetiva congregar e solidarizar pessoas de Paranavaí e de outras cidades vizinhas, em torno do ideal da educação das crianças excepcionais.

A sua receita depende exclusivamente da generosidade dos membros e da participação de donativos angariados através dos seus diretores.

Por estas razões, estejam certos os Senhores Deputados, que a medida proposta neste plano de lei, é de justiça e de relevante necessidade, tendo em vista a diminuta parcela financeira que tal pedido representará para o Erário Público.

#### PROJETO DE LEI N.º 68/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a isentar a Casa Antônio Frederico Ozanan (Lar Vicentino) das taxas de energia elétrica e água.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11/04/84.

(a) OSVALDO ALENCAR FURTADO

#### JUSTIFICATIVA:

A Casa Antônio Frederico Ozanan (Lar Vicentino), é uma entidade assistencial por excelência, tanto na área social e educativa, especialmente dando moradia gratuita a pessoas desamparadas e encaminhando ao trabalho adequado essas pessoas, quando estiverem aptas e válidas a desempenharem alguma função.

Nenhum dos membros de diretoria perce-

be remuneração ou vantagens de qualquer natureza, pelo exercício do cargo ou atividade em favor da obra assistencial.

A entidade se mantém graças à generosidade, em grande parte, do povo de Paranavaí, cujos benfeitores colaboram com os seus óbulos para a manutenção diária da instituição.

É por demais admirável o trabalho, a dedicação e sobretudo o amor no trabalho dessas irmãs, no dia a dia, transformando o ambiente interno da Casa para melhor, com os velhinhos sorrindo de alegria pelo tratamento e bem-estar de que são alvos.

Por tudo isso, Senhores nobres Pares, os objetivos das medidas propostas no presente plano de lei, são mais que justos e merecedores do amparo do Poder Executivo.

#### PROJETO DE LEI N.º 69/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a isentar a Associação das Senhoras de Rotarianos de Paranavaí, das taxas de energia elétrica e água.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Saladas Sessões, em 11/04/84.

(a) OSVALDO ALENCAR FURTADO

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação das Senhoras de Rotarianos de Paranavaí, é uma entidade que tem a finalidade de manter assistência aos inválidos, dirigir promoções em benefício dos carentes e colaborar com obras e iniciativas meritórias para tentar alcançar o bem-estar de todos aqueles que necessitam de algum amparo ou que desejam ser úteis à coletividade.

Obedecendo a este paradigma de assistência, nobres Pares, podem avaliar as dificuldades de toda sorte que a Associação tem se defrontado e é, portanto, merecedora das medidas propostas no presente plano de lei, pois os impostos e taxas arrecadados pelo Tesouro Estadual deverão ser retribuídos para o bem da pessoa humana.

A situação financeira da COPEL é uma das melhores do País e bem assim da SANEPAR, por isso não vai afetar o seu patrimônio, a insignificante parcela financeira que tais isenções representam, mas por outro lado muito significará para esta entidade e seus necessitados.

#### PROJETO DE LEI N.º 70/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a isentar a Associação de Proteção

e Assistência "Lar Espírita André Luiz", das taxas de energia elétrica e água.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11/04/84.

(a) OSVALDO ALENCAR FURTADO

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação de Proteção e Assistência "Lar Espírita André Luiz", com sede e foro na cidade de Paranavaí, tem por finalidade zelar pela saúde, bem-estar e necessidades da criança, assim como distribuição de remédios, roupas, agasalhos, calçados e demais vestuários, inclusive, alimentação, assistência médica e hospitalar, e bem assim à sua família.

Além disso, promove a proteção à criança abandonada, sujeita à fome, ao vício e à contravenção, à perversão e ao crime por falta de amparo, bem como aos pais comprovadamente pobres, por meio de internamentos e ajudas à família.

Dedica-se também, à recreação e divulgação dos preceitos de higiene, puericultura, serviços sociais por meio de palestras, cursos, exposições e outros meios de conagração para as crianças.

Por estas razões, nobres Pares, acreditamos que as medidas propostas no presente plano de lei, merecem o amparo do elevado espírito cristão do mais alto mandatário deste Estado.

#### PROJETO DE LEI N.º 71/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a isentar a COLSAN - Londrina (Sociedade Beneficente de Coleta de Sangue), das taxas de energia elétrica e água.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11/04/84.

(a) OSVALDO ALENCAR FURTADO

#### JUSTIFICATIVA:

A COLSAN - Londrina (Sociedade Beneficente de Coleta de Sangue), é uma entidade totalmente assistencial, de utilidade pública de âmbito estadual.

A Sociedade COLSAN - Banco de Sangue não tem nenhuma verba de auxílios ou subvenções até hoje, e se dedica, exclusivamente, a SALVAR VIDAS HUMANAS.

A sua finalidade, portanto, não é lucrativa, e sim humanitária e tem sido custeada pela generosidade dos irmãos maçons de Londrina.

O número de necessidade de sangue junto à COLSAN, tendo em vista o êxodo rural, aumentou muito, pois, os que vêm procurar

auxílio nas grandes cidades, sem meios de subsistência, sem emprego, sem qualificação, em estado de indigência, estão sobrecarregando os serviços de atendimento que se encontram, atualmente, em sérias dificuldades de funcionamento.

Por esta e outras razões, podem os Senhores colegas Deputados analisar as dificuldades que têm passado os encarregados daquela sociedade, principalmente tendo em vista a falta de recursos para o seu custeio de manutenção.

Os objetivos da COLSAN - Banco de Sangue são os mais elogiáveis possíveis e carecedores das medidas propostas no presente plano de lei, pois os impostos e taxas arrecadados pelo Tesouro Estadual ou Municipal devem ser aplicados e se tornados ao bem da pessoa humana, que afinal geraram aqueles recursos.

#### PROJETO DE LEI N.º 72/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a isentar a "Aldeia Escola dos Meninos de Paranavaí", das taxas de água e de energia elétrica.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11/04/84.

(a) OSVALDO ALENCAR FURTADO

#### JUSTIFICATIVA:

A "Aldeia Escola dos Meninos de Paranavaí", é uma entidade civil, beneficente, sem fins lucrativos e não há cargo remunerado para seus dirigentes.

A entidade dá assistência moral, material, educativa instrutiva e recreativa às crianças do sexo feminino, até a idade de dezoito anos, aos órgãos, abandonados, desválidos ou sob tutela provisória do Juizado de Menores da Comarca de Paranavaí.

A sua finalidade é filantrópica e relevantes serviços tem prestado aos carentes necessitados dos seus préstimos, tanto meninos como meninas, que através do seu rosto angelical, demonstram a cada momento uma experiência nova de vida, um aprendizado útil na formação do jovem do amanhã.

A Nação caminha pelos pés da criança; protegê-la e educá-la, é um dever de todos os brasileiros" (Sinval Reis - fundador das entidades).

O plano de lei, ora proposto, é o mínimo que o Poder Público pode oferecer de retorno a uma classe menos favorecida, e por isso, podem os Senhores colegas Deputados avaliarem as múltiplas dificuldades encontradas pelos dirigentes desta escola.

## PROJETO DE LEI N.º 73/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## DECRETA:

Art. 1.º - Fica declarada de utilidade pública o Hospital Regional de Psiquiatria Cândido Berthier Fortes, com sede e foro na Comarca de Paranavaí.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11/04/84.

(a) OSVALDO ALENCAR FURTADO

## JUSTIFICATIVA:

O Hospital Regional de Psiquiatria, que se pretende declarar de utilidade pública, está devidamente registrado no Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de Paranavaí. Tem como objetivo manter e desenvolver assistência social, médica, hospitalar e farmacêutica a enfermos, principalmente a indigentes.

Anexamos a documentação exigida ao presente plano de lei, segundo o que dispõe a legislação pertinente à matéria apresentada.

Nestas condições, esperamos dos nobres Pares o apoio que esta proposição almeja e sua posterior aprovação.

O SR. PRESIDENTE (**Trajano Bastos**) - Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Antônio Belinati, inscrito.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nós queremos, e acho que é exemplo de todo o País, manifestar hoje, nossa alegria e nosso júbilo pela grande festa cívica realizada ontem no Rio de Janeiro onde, segundo as previsões e estimativas, mais de um milhão de pessoas compareceram ao comício pelas eleições diretas. Havia uma certa expectativa diante da possibilidade de tumulto naquela grande concentração, a maior da história do Brasil, e hoje, o Brasil está satisfeito, respira aliviado, porque tudo ocorreu num clima de absoluta normalidade. Eu acho que cabe, aqui, desta tribuna, enaltecermos o Governador Leonel Brizola e todas as lideranças políticas que organizaram aquela manifestação cívica, democrática no Rio de Janeiro, mostrando, comprovando em definitivo, de que o Brasil é amplamente a favor das eleições diretas para a Presidência da República.

Senhor Presidente, há poucos dias, os jornais, as rádios, os canais de televisão mostravam um "escândalo" na CIRETRAN da cidade de Rolândia, envolvendo inclusive a figura do ex-Prefeito de Rolândia, eleito

pela legenda do PMDB.

Hoje, Senhor Presidente, Senhores Deputados, decorridos alguns dias quando se esperava uma rigorosa punição para os envolvidos, a imprensa volta a falar na CIRETRAN de Rolândia, e, agora também com a CIRETRAN de Londrina, até parecendo existir um complô para derrubar o Diretor Geral do DETRAN do Paraná, que é um homem íntegro, Doutor Francisco Deliberador, porque, por incrível que pareça, Senhor Presidente, Senhores Deputados, tenho em mãos o jornal que mostra uma moça corrupta que confessou pela imprensa, falando até mesmo aqui em Curitiba, milhares de curitibanos puderam ver, assistir o depoimento daquela moça, ela confessando a sua participação nas "bandalheiras"; inclusive falsificando os exames de carteiras de motorista em troca de propinas, e está aqui: é a Senhorita Lúcia Pereira da Silva. Ela própria confessou, não foi coagida. Deu entrevista para a imprensa dizendo que de fato, ela era cúplice, participava ativamente dos exames falsos para a carteira de motorista na CIRETRAN de Rolândia.

E agora, pasmem os Senhores, volta a mesma imprensa do Paraná a falar de novo nesta jovem Lúcia Pereira da Silva, mas para dizer, Senhor Presidente, para noticiar que ela, de ré, de cúplice, ela foi transformada numa heroína e, ao "invés de estar no banco dos réus para prestar contas à justiça, porque ela confessou que falsificava os exames, e esta moça se transforma numa heroína no Paraná, e a imprensa noticia, com grande destaque, que ela acaba de ser contemplada com um importante emprego na CIRETRAN de Londrina, onde vai passar a ser figura importante.

É um fato estranho, um fato lamentável que ocorra no Paraná um fato pitoresco digno do nosso repúdio, Senhor Presidente, Senhores Deputados. (~~Sem revisão do orador~~).

O SR. PRESIDENTE (**Trajano Bastos**) - Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Odeni Mongruel.

O SR. ODENI MONGRUEL - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A propósito do veto do Governador à Emenda Orçamento Geral do Estado, que procura instituir a obrigatoriedade de conhecimento prévio por parte da Assembléia Legislativa dos orçamentos das empresas públicas, é atitude estranha e que, no mínimo contraria a pregação partidária e da campanha do PMDB. Este veto não só desautoriza o Poder Legislativo, como também ganha uma superfície de atrito entre o Governo estadual e a representatividade política da sociedade paranaense nesta Casa de Leis.

Acima de tudo, no atual período governamental, em que a avidez tributária se faz sentir através do aumento expressivo dos impostos, taxas e tarifas do serviço público, é preciso que o Legislativo faça também crescer o seu instrumental fiscalizador quanto à aplicação dos recursos públicos, avantajadamente, ampliados e colocados à disposição do Poder Executivo.

Quanto maior a soma de recursos públicos nas mãos do Governo, mais necessária e eficiente deve ser a fiscalização do emprego desta riqueza.

Enquanto a Assembléia Legislativa toma conhecimento, superficialmente, dos 800 bilhões previstos para serem arrecadados e aplicados pela administração direta do Estado, cerca de 12 trilhões serão aplicados pelas empresas públicas e órgãos da administração indireta, sem qualquer apreciação da parte dos Deputados, independentemente de bancadas de partidos políticos, no que se refere à elaboração dos respectivos orçamentos. Isto é não só preocupante, quanto inaceitável.

O referido veto do Governador, antes de tudo, é a demonstração que o Poder Executivo, por uma deformação da organização política brasileira, não atende sequer o partido político que lhe serviu de sustentação, em campanha eleitoral e esquece, inclusive, as promessas de palanques.

A autoridade política no regime democrático deveria ser racional, mas, lamentavelmente, torna-se carismática, na medida em que o povo acaba elegendo aquela que lhe diz apenas o que quer ouvir.

É o exemplo inequívoco do "faça o que digo, porém, não faça o que faço". Pois o Senador de ontem, ainda pregava sobre a necessidade de controlar-se as estatais, como são chamadas as empresas públicas, responsáveis em grande parte por orçamentos deficitários, e apontadas como cúmplices do processo inflacionário que ora nos aflige.

Assim, a emenda proposta pela Assembléia Legislativa, tinha justamente este sentido, na razão de que submeteria a elaboração destes orçamentos das empresas públicas estaduais ao conhecimento prévio da sociedade, contribuindo inclusive para identificar, antecipadamente, objetivos que, eventualmente não prioritários, possam ser postergados.

Essa medida alcançaria os seus propósitos se o Governador de hoje, contrariando o que anteriormente pregava, não tivesse, através de frágil justificativa, tomado a atitude incogrúente do veto em questão.

Porém, desta feita, o Poder Legislativo Estadual não se submeteu e reagiu de acordo com suas tradições, derrubando pela unanimidade dos Deputados presentes à sessão, e integrantes de ambas as bancadas, o

veto do Governador à emenda pretendida, impondo assim ao Poder Executivo um inesperado revés.

É o esforço coerente dos Deputados, na tentativa de promover as mudanças exigidas pelo povo e manifestadas nas urnas quando do último pleito.

Mostra, com isso, a Assembléia Legislativa do Paraná, que a palavra política que se fez ação neste recinto, tem, atrás de si, o timbre das multidões. Essa palavra política ecoa como um grito geral da sociedade, que procura defender um Estado em permanente expansão, e que não permite a revisão de suas conquistas, obtidas independentemente de denominações partidárias.

A verdade é que o Poder Executivo, absorvente e centralizador, modela os homens e impõe os seus próprios interesses e objetivos, estes diferentes dos partidos políticos organizados e em funcionamento na forma da lei.

Esse episódio exemplifica o grande embate político dos tempos atuais, Executivo versus Legislativo. Ou na sua forma mais evidente e natural: a sociedade defendendo-se do Estado.

Muito obrigado. (~~sem~~ revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (**Trajano Bastos**) Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, Senhor Deputado Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Depois do comício pelas diretas, no Rio de Janeiro, que contou com a presença de mais de um milhão de brasileiros, a única solução para este País é já, ainda mesmo em 84, a realização das eleições diretas para a Presidência da República. Caso contrário, está justificada e definida a tese de que este País está sendo governado por interesses que não são mais os interesses nacionais. Está definido o divórcio definitivo entre o governo e o povo. Governo que se caracterizará como uma força de invasão que impõe sua vontade acima da vontade da Nação.

Ainda outro dia, trouxe a esta tribuna uma denúncia de violência policial. No dia 04 de abril passado, os Senhores Júlio Santos da Silva, Luiz Carlos Wichetek, Almir Bonde e Jair Possidônio Prado e ainda, Francisco Sprada, foram a pedido dos Senhores Juarez e Edson Jorge Casagrande, gerentes da Vepasa Veículos, convidados sucessivamente a acompanhar, sem maiores satisfações, quatro homens que queriam algumas informações e esperavam dentro dos automóveis dos gerentes. Automóveis da própria empresa.

Nesta primeira investida foram seqüestrados Júlio Santos Silva e Jair Possidônio Prado.

Enquanto isto, outros mecânicos da Vepasa, ignorando os fatos, trabalhavam.

Posteriormente, por volta das 13:30 horas os mesmos homens voltaram, levando desta feita, o Senhor Francisco Sprada. É preciso ressaltar que estes trabalhadores não tinham e não têm antecedentes policiais, e trabalhavam na Vepasa, em média, há dois anos. Sendo que o Senhor Francisco Sprada trabalhava há mais tempo. São casados, residente e domiciliados em Curitiba.

Ao chegarem na Delegacia do 8.º Distrito Policial, os quatro seqüestrados, após serem obrigados a retirar a sua roupa e entregar seus pertences, foram levados para o subsolo daquela Delegacia onde, sem maiores explicações, foram submetidos ao pau-de-arara, torturados com afogamento, água de mangueira nos ouvidos, na boca, socos e agressões morais.

Exigiam os policiais que confessassem um suposto roubo que teria ocorrido na sessão de peças da firma. Esses senhores alegaram inocência. Após a tortura, os policiais obrigaram os mecânicos abrirem suas casa, a fim de que pudessem ser revistadas, e arrombaram na empresa os seus armários particulares, sem autorização dos mecânicos.

Evidentemente, parece que a intenção da Vepasa era dispensar, por justa causa, a maioria dos seus mecânicos para escapar do próximo aumento salarial de 70,9% que virá no mês de abril.

Estes mecânicos procuraram este Deputado na Assembléia e foram encaminhados à Secretaria de Segurança. Queremos destacar neste momento a atuação do Senhor Secretário da Segurança, que após ter ordenado o exame de corpo de delito no Instituto Médico Legal, abriu inquérito que será acompanhado por um representante do Ministério Público.

O exame de corpo de delito realizado sobre a direção do médico Elias Zacarias constatou escoriações, ematomas nos punhos e tornozelos, pescoço, otorragia e lesões internas na boca.

Este Deputado e esta Assembléia certamente aguardam medidas mais objetivas que arastem estes policiais do 8.º Distrito, dando consequência às porpostas de democratização da polícia e dê fim do autoritarismo e da tortura na prática das ações ligadas à Segurança Pública.

Muito obrigado, Senhor Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Não havendo mais oradores inscritos para o Pequeno Expediente, tão pouco para o Grande Expediente, consulto à Liderança do PMDB se dará uso do horário que lhe é des-

tinado.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Eu vou usar o horário.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Com a palavra o Senhor Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"Venho de presenciar, no último final de semana, o mutirão para a construção de vinte e cinco casas às famílias mais necessitadas do Município de Capitão Leônidas Marques. O que vi, Senhores, é a prova irrefutável de que nada é impossível de realizar se a comunidade é motivada, é chamada a participar, a gerir o seu próprio destino. Porém, antes de relatar aqui o que ocorreu naquele pequeno município a 80 km de Cascavel, no último sábado, quero fazer algumas considerações a respeito desta proposta - o mutirão habitacional - da Secretaria do Interior através de sua vinculada COHAPAR. É preciso deixar claro o porquê de se optar pela modalidade do mutirão quando, à primeira vista, a contratação de empreiteiras, prática comum até então, deveria ser a norma de conduta.

Vamos, então, às considerações.

A habitação apresenta-se como um dos direitos fundamentais da pessoa humana. Apesar disto, no Brasil, a questão habitacional não tem sido encarada de forma adequada. Prova disto é que, sendo uma necessidade social, ela é gerida por um banco. Banco que pressupõe lucro acima de tudo. Banco que vê os interesses da indústria da construção civil acima dos interesses da população. Esta mesma população que contribui, através de seu Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, com aproximadamente 45% dos recursos de que dispõe o Banco Nacional de Habitação, nem que receba um atendimento condizente com esta contribuição.

A destinação das verbas aos Estados não tem também feito justiça à quantidade de recursos gerados pelos mesmos. Isto quer dizer que o Paraná tem sido bastante sacrificado na partilha dos recursos do Sistema Financeiro da Habitação. Isto sem captar que a política econômica do Governo Federal, atrelada aos ditames do Fundo Monetário Internacional, entre outras distorções, tem levado a um crescente achatamento salarial, além dos índices insustentáveis de desemprego. A consequência direta deste quadro é sentida no setor habitacional. Para ficar apenas num aspecto, o custo normal de uma unidade habitacional, mesmo racionalizada, está muito acima da possibilidade de aquisição do trabalhador brasileiro com renda familiar inferior a 3

salários mínimos.

Não existe, portanto, saída que não a busca de mecanismos que compatibilizem o custo da unidade habitacional com a renda familiar do nosso trabalhador. E é exatamente isto o que a Secretaria do Interior pretende ao desenvolver o seu Projeto Mutirão, através do qual busca responder a carência habitacional no Estado, estimada em 120 mil moradias populares apenas na faixa de zero a 3 salários-mínimos. Se ampliarmos esta faixa até 5 salários-mínimos de renda mensal, esta carência se eleva para 150 mil casas.

E o Governo do Estado, calcado na legitimidade que somente um Governo eleito pelo voto direto e secreto pode possuir, e no respeito moral adquirido neste primeiro ano de administração, está procedendo a um chamamento geral: população necessitada, segmentos organizados da sociedade e prefeituras, cada qual participando com as suas reais possibilidades. O trabalhador assalariado, o "bóia-fria", que não possui recurso algum, poderá contribuir com quase 1/3 do custo da habitação através da sua mão-de-obra. Esta e outras medidas vão possibilitar que ele pague uma prestação condizente com os seus ganhos; ou seja: valores nunca superiores a 20% do salário-mínimo.

Destacamos nestas colocações que estamos fazendo, a referência de que o "bóia-fria", o trabalhador de baixa renda, no sistema da COHAPAR, não pagará, jamais, mais de 20% do seu salário-mínimo, o que lhe permitirá sem dúvida alguma, ter a sua casa própria.

Os segmentos sociais organizados - partidos políticos, Igrejas, clubes de serviço, associações de moradores, cooperativas, estabelecimentos bancários, escolas etc. formam uma comissão de apoio que irá orientar todos os trabalhos desde a seleção dos interessados, a mobilização da comunidade para a arrecadação de recursos e materiais de construção até a fiscalização e acompanhamento de todo o processo.

Ao município, também cabe papel fundamental, visto a sua condição de grande multiplicador de recursos. A doação do terreno representa 1/3 do custo final da habitação e geralmente as Prefeituras têm disponibilidade de áreas para este fim. Prática, aliás, bastante usual, apesar de até agora não ter representado benefício para os trabalhadores, de quem o valor relativo aos lotes era cobrado para ser apropriado seja pelos agentes financeiros, seja pelos empreiteiros, quando não por ambos.

A terraplenagem da área onde serão construídas as casas, o transporte das doações, a doação de materiais como pedra britada, areia, madeiras e alguma mão-de-

-obra especializada são encargos das Prefeituras. A Secretaria do Interior, através da COHAPAR, que passa então a ser uma companhia de cunho social e não apenas um mero intermediário entre o SFH e os grandes interesses econômicos, cabe o aporte de recursos, a estrutura administrativa, a assistência social, a elaboração de projetos e a execução das obras junto com os futuros moradores. Além de prosseguir a sua luta no sentido de que o Governo Federal aquinhoe o Estado com parcela de recursos a que faz juz.

Como se pode observar, com a somatória de esforços e recursos poderemos deixar uma marca engravada na história da habitação popular no Paraná. Note-se que o mutirão só é possível em um Governo com credibilidade junto a todos os segmentos sociais e que tenha surgido de uma eleição livre, direta e secreta.

Para ilustrar o exposto aqui, passo a relatar o ocorrido no último sábado, no Município de Capitão Leônidas Marques.

A manifestação de solidariedade demonstrada por aquele povo foi surpreendente. A população veio às ruas no dia marcado para o grande mutirão; todos participaram de alguma maneira. Os homens que percorriam as ruas sobre as caçambas dos caminhões eram recebidos com sorrisos por todos. O clima era de festa, assim a cidade parecia se sentir. Não houve quem ficasse de fora, a começar pela Prefeitura local, representada pelo Prefeito José Lino Bergamim presente em todos os momentos do mutirão e ele um dos maiores incentivadores do ato. Não é demais lembrar que a adesão do Prefeito a um programa como este é de extrema importância, dela podendo depender o sucesso ou não da realização. Felizmente, Lino Bergamim é desses homens que sabem apoiar uma boa idéia, uma boa causa. O sucesso deste mutirão está lá para quem quiser ver, no local onde vão ser construídas as 25 casas, traduzido nas 110 sacas de cimento, 70 sacas de cal, dezenas de toras de madeira para a confecção dos caibros e das tesouras dos telhados; nas 3 sacas de feijão, nas 15 sacas de milho, nos 28 mil tijolos de 6 furos, nos 14 m<sup>3</sup> de areia, nos mais de 50 m<sup>3</sup> de madeira para todas as finalidades, nas pilhas de pedra britada, quantidade suficiente para toda a obra. Esta lista é apenas parte do material doado pela comunidade. Há muito mais, inclusive, quantias em dinheiro que já começam a ser depositadas nas contas abertas em todas as agências bancárias locais pela Prefeitura para a finalidade do mutirão habitacional. Some-se a isto mais de 230 mil cruzeiros arrecadados através da cobrança de pedágio organizada pela Prefeitura e pela Associação Comercial local 1,1 milhão de cruzeiros doados pela

Associação dos Funcionários do Executivo Municipal. Nesta esteira, a Sociedade de Amigos de Capitão Leônidas Marques está para realizar um baile com a arrecadação revertida para a construção das 25 casas. Organizadores do evento estimam uma arrecadação mínima de 800 mil cruzeiros. E, é bom lembrar: este foi apenas o primeiro dia da arrecadação. Há todo um processo que se antecede a esta data, de preparação, e que continuará a ter conseqüências durante as semanas seguintes."

Sr. Presidente, Srs. Deputados, ilustramos o fato ocorrido em Capitão Leônidas Marques, no último sábado, para mostrarmos o quanto é importante participação popular. Para podermos demonstrar que a grande obra, o trabalho de um Governo nem sempre é traduzida pela construção de obras públicas. Mas, é a receptividade da população, a credibilidade da população nos planos de cunho social elaborados pelo Governo.

O Projeto Mutirão da Secretaria do Interior, através da COHAPAR tem-se revestido em todas as localidades do mais amplo sucesso. Sucesso esse contagiante que nos mostra ser possível trabalhando junto com a comunidade, suprir a necessidade dos mais carentes, dos mais necessitados, dos menos aquinhoados.

Mas, que por isso só, não deixam de ser a sua condição de seres humanos que necessitam do elementar básico para poderem sobreviver com dignidade.

Registro, nesta Casa, o acontecimento de Capitão Leônidas Marques como tantos outros que já ocorreram no Paraná e, como tantos outros que por certo haverão de ocorrer neste Estado nesta gestão democrática, aberta e participativa do Governador José Richa, das suas Secretarias para podermos num grande mutirão também, Deputados e Prefeitos de ambos os partidos, darmos uma resposta de que é possível, se pudermos atrelar a comunidade confiante nos seus homens que a administram suprimos as necessidades básicas dos mais carentes.

Basta lembrar, no dia de hoje, quando falamos em Governo participativo que a credibilidade do Governo José Richa está muito ligada com o processo que o colocou no Palácio Iguaçu.

Processo onde o povo a quem foi aberta a ampla participação e possibilidade de escolher entre os candidatos, aquele da sua preferência, lá o colocou com respaldo popular.

E quando nós vemos, na noite de ontem, no Rio de Janeiro, mais de um milhão de pessoas nas ruas, num comício que durou mais de cinco horas e que terminou abaixo de chuva e a população postada desde às quatro horas da tarde, em frente ao palanque, aguardando manifestações de segmentos

da sociedade que estão a pleitear eleições diretas para Presidente, e um destaque, Senhores, um destaque que impressiona todos quantos analisaram o comício do Rio, um milhão de pessoas, sem incidente nenhum!

Então, não se fale em "showmícios"; fale-se mesmo em concentrações populares, aonde a população que lá foi sabe porque, e sabe também que quer eleições diretas para Presidente da República já, agora, como um pacto da sociedade com o próprio Governo, para podermos sair das crises que estamos vivendo.

Só irá ignorar a presença maciça e constante da população nas ruas, nas manifestações políticas em favor das eleições diretas, aqueles que não tiveram a sensibilidade política para sentir o que é melhor, e o que quer a Nação em determinado tempo.

Desta tribuna o nosso regozijo pela participação popular, na noite de ontem, no grande comício do Rio de Janeiro aonde temos certeza, de uma forma inequívoca, foi mostrado para o Brasil inteiro, para as agências internacionais que lá cobriram o evento, de que o Brasil está preparado para eleger o seu Presidente.

Muito obrigado, Sr. Presidente, muito obrigado, Srs. Deputados.

**(Assume a Presidência, o Sr. Deputado Anibal Khury).**

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa consulta o Líder do PMDB se fará uso do restante do horário.

Concedo a palavra ao Deputado Rubens Bueno, inscrito.

O SR. RUBENS BUENO - Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"O Projeto de Lei n.º 03/84, que tive o prazer de submeter à apreciação e aprovação desta augusta Casa de Leis, visa, essencialmente, corrigir uma das várias distorções que atualmente se deparam os servidores do nosso Estado.

Não nos é lícito almejar um Estado forte, operante e eficiente, se deixarmos grassar o desestímulo e a insegurança entre aqueles que são o seu verdadeiro sustentáculo.

Neste caso específico, visa o Projeto de Lei n.º 03/84, beneficiar os funcionários que se constituem nos principais estelios da Administração, pois que, apesar das naturais substituições na cúpula diretiva, continuam eles prestando valiosos serviços, uma vez que, por sua capacidade, idoneidade e dedicação, sobrepõem-se normalmente às costumeiras alterações de "staff".

Não obstante seus predicados, e embora

sua colaboração se faça necessária por longos períodos, abrangendo mesmo várias legislaturas, não estão os funcionários a salvo de surpresas desagradáveis, somente vendo sua dedicação compensada por ocasião de suas aposentadorias, pela aplicação do inciso III, do art. 140, do Estatuto dos Funcionários civis do Estado.

Em linhas gerais, o conteúdo do projeto de lei que apresentamos regula que, ao funcionário efetivo que exercer cargo em comissão ou função gratificada, fica assegurada a incorporação ao vencimento do cargo efetivo, de importância correspondente a 1/5 da diferença entre os valores do vencimento do cargo efetivo e os da comissão ou gratificação, por ano completo de exercício nesses cargos, a partir do sexto ano, se contar seis anos completos, consecutivos ou não, até completar o limite de cinco frações de um quinto.

Fica assegurada também a incorporação ao vencimento do cargo efetivo, da importância correspondente a 100% do valor da função gratificada, ou 70% do valor do cargo em comissão de símbolo mais elevado, dentre os cargos e funções ocupados por prazo superior a um ano, desde que conte dez anos consecutivos ou quinze, alternados, de exercício em cargo comissionado, ou se contar iguais tempos de serviço em função gratificada.

Os dispositivos supracitados, são provas cabais do alto preço em que a Administração deve ter por seus funcionários, mormente aqueles que venham a ocupar cargos comissionados ou funções gratificadas.

Igual ou melhor tratamento, também lhes dispensam outras unidades da Federação, a exemplo do que ocorre nos Estados de Santa Catarina e do Rio de Janeiro, que lhes asseguram a percepção de determinadas vantagens na atividade, em reconhecimento pelos serviços prestados.

Não se está, pois, a inovar. Busca-se tão somente suprir uma lacuna existente em nossa legislação, e ao mesmo tempo estimular todos quantos possam vir a ser beneficiados, para que trabalhem ainda mais e com maior afinco pelo nosso Estado do Paraná.

Igualmente nefasta é a perspectiva de um futuro prenhe de dificuldades que se desenha para os funcionários inativos, resultante da constante diminuição do poder aquisitivo dos aposentados; tal conjuntura obriga-os a permanecerem no exercício dos seus cargos em vez de usufruírem das justas e merecidas aposentadorias.

Subiremos a esta tribuna tantas vezes forem precisas, em defesa dos interesses dos funcionários públicos do Estado, buscando o aprimoramento das normas jurídicas que a eles dizem respeito, e aos que man-

têm em funcionamento a máquina administrativa."

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa consulta a Liderança do PMDB se fará uso do restante do horário que lhe é destinado. A Mesa consulta o PDS. Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, está encerrada a Hora do Expediente.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - (Pela ordem)

Sr. Presidente, desde o dia 19 de janeiro de 1984, encontra-se nesta Casa, Mensagem de lei feita pelo eminente Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, visando alterar dispositivos do Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado do Paraná.

Lamentavelmente, esta emenda, esse projeto de lei de vital importância para os serviços do Estado do Paraná, ainda não começou a ter sua tramitação nesta Casa. Por isso, indago de Vossa Excelência, Sr. Presidente, onde se encontra este projeto e quais as providências tomadas com relação ao mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa, no instante, não tem condições de informar ao nobre Deputado onde se encontra a referida Mensagem, mas tomará as providências para que este projeto tenha tramitação normal, o que realmente Vossa Excelência tem razão de levantar esta Questão de Ordem.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,  
com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Alencar Furtado, constante do expediente. Necessita de apoio. - **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Alencar Furtado, constante do expediente. Necessita de apoio. - **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Alencar Furtado, constante do expediente. Necessita de apoio. - **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Alencar Furtado, constante do expediente. Necessita de apoio. - **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Alencar Furtado, constante do expediente. Necessita de apoio. - **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Alencar Furtado, constante do

expediente. Necessita de apoioamento. - **Apoiado.** - À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Alencar Furtado, constante do expediente. Necessita de apoioamento. - **Apoiado.** - À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Alencar Furtado, constante do expediente. Necessita de apoioamento. - **Apoiado.** - À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Alencar Furtado, constante do expediente. - Necessita de apoioamento. - **Apoiado.** - À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente. Necessita de apoioamento. - **Apoiado.** - À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente. Necessita de apoioamento. - **Apoiado.** - À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3a. DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n.º 216/83, de autoria do Sr. Deputado ANIBAL KHURY, que dá nova redação ao inciso III e ao parágrafo terceiro, do artigo 140, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, conforme especifica. (APOSENTADORIA DE FUNCIONÁRIOS QUE TENHAM EXERCIDO CARGO DE DIRETORIA EM ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO ESTADO). Com pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.R.H., por unanimidade. -

Volta à Comissão de Finanças, por ter sido apresentada Emenda Substitutiva de Plenário.

**EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO  
AO PROJETO DE LEI  
COMPLEMENTAR N.º 216/83**

Art. 1.º - O inciso III, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, passa a vigorar com a seguinte redação:

"III - se houver exercido, por um período não inferior a cinco anos, ininterruptos ou não, um ou mais cargos em comissão, funções gratificadas ou mandato eletivo, com proventos correspondentes aos do cargo em comissão e função gratificada de maior remuneração, desde que esse cargo ou função tenha sido exercido por um mínimo de doze meses."

Art. 2.º - O § 3.º, do artigo 140, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 3.º - Respeitados os períodos de tempo estabelecidos no inciso III deste artigo, o funcionário, que houver exercido cargo de Diretoria em órgãos da administração indireta do Estado do Paraná e pessoas jurídicas a eles vinculadas ou mandato conferido em eleição estadual, poderá aposentar-se com proventos equivalentes aos vencimentos do maior símbolo estabelecido para os cargos em comissão".

Art. 3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11/04/84.

(a) ANIBAL KHURY.

Apoioamento: Péricles Pacheco, Odeni Mongruel, Caíto Quintana e Ezequias Losso.

**JUSTIFICATIVA:**

A presente emenda tem por escopo incluir o mandato eletivo na contagem do tempo de cinco anos que proporciona ao funcionário público estadual o direito de receber as vantagens da função gratificada ou cargo em comissão de nível mais elevado, desde que tenha exercido em, no mínimo, um ano. Pretende, também, a equiparação de mandato conferido em eleição estadual, com os cargos diretivos da administração indireta, para os efeitos do § 3.º da lei em tela, n.º 6.174/70, Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado.

A justificar esta proposição está o fato de que os funcionários eleitos para cargos legislativos ou executivos, enquanto exercem suas relevantes atribuições geralmente ficam impedidos de desempenhar funções gratificadas ou cargos em comissão, refletindo em prejuízos no cálculo dos proventos de aposentadoria.

Outrossim, tanto a Constituição Federal como a Carta Magna Estadual estabelecem que o tempo de mandato eletivo exercido como afastamento obrigatório do funcionário deverá ser contado para "todos os efeitos legais, exceto para a promoção por merecimento". Assim, no espírito constitucional, importa contar o tempo de mandato reconhecendo, pelo menos em parte, a dignidade que o reveste, na equiparação com outras funções transitórias desempenhadas pelos servidores do Estado.

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 21/82, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 32/82), que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Quedas do Iguaçu, área de terras que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.T.I.C., por unanimidade. **Aprovado.**

## Projeto de Lei n.º 21/82

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Quedas do Iguaçu, uma área de terras com 19.555,30 m<sup>2</sup>, situada no referido município, havida pelo estado conforme matrícula n.º 8.339, às fls. 75, do livro n.º 2-1-AH, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Laranjeiras do Sul.

Art. 2.º A área de terreno objeto da doação de que trata o artigo anterior somente poderá ser utilizado pela donatária na edificação do Centro Esportivo da Cidade de Quedas do Iguaçu, que deverá ocorrer no prazo de 3 (três) anos, sob pena de reversão ao patrimônio do Estado, independentemente de qualquer interpelação ou notificação.

Art. 3.º O imóvel objeto da doação aqui estabelecida. Fica gravado com as cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade, que constarão da respectiva escritura.

Art. 4.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(a) Poder Executivo.

MENSAGEM N.º 32/82

Curitiba, 04 de março de 1982.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para fins constitucionais, o incluso ante projeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Quedas do Iguaçu, a área de terras que especifica, havida pelo Estado conforme matrícula n.º 8.339, às fls. 75 do livro n.º 2-1-AH, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Laranjeiras do Sul.

O imóvel cuja autorização para doação constitui objeto do plano de lei em causa, será utilizado, conforme disposição expressamente contida, na construção, no prazo de três anos, do Centro Esportivo de Quedas do Iguaçu, razão porque tal doação consulta plenamente aos superiores interesses da Administração e da Coletividade.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) NEY BRAGA.

Governador do Estado

Comissão de Constituição e Justiça  
PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 21/82

Oriundo da Mensagem Governamental n.º 32/82, o presente plano de lei objetiva

autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Quedas do Iguaçu, área de terras que especifica.

Dos termos da Mensagem depreende-se que a doação pretendida consulta aos superiores interesses da Administração e da coletividade.

O processo obedece aos cânones regimentais e legais, inexistindo óbices de qualquer ordem à sua normal tramitação pelos demais órgãos da Casa.

Por tais razões, opinamos favoravelmente à aprovação do projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10/05/83.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente  
CAÍTO QUINTANA - Relator

COMISSÃO DE TERRAS,  
IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

Parecer ao Projeto de Lei n.º 21/82

Oriundo da Mensagem Governamental n.º 32/82, o presente projeto de lei objetiva autorizar o Poder Executivo doar ao Município de Quedas do Iguaçu, área de terras que especifica.

Perfeitamente justificado pelo parecer da Comissão de Constituição e Justiça, estamos de perfeito acordo com a mesma.

Portanto, nosso parecer é pela aprovação do mesmo.

Sala das Comissões, em 26/05/83.

(a) CAÍTO QUINTANA - Presidente  
JOSÉ ANTÔNIO FONSECA - Relator

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n.º 28/83, de autoria do Deputado NESTOR BAPTISTA, que dá nova redação ao Art. 12, da Lei n.º 4.335 de 20.01.61. (FUNCIONÁRIOS ESTATUTÁRIOS DO DEPARTAMENTO DA IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO - D.I.O.E.). Com pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 28/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - O art. 12 da Lei n.º 4.335 de 20/01/61, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 12 - Fica assegurado aos Funcionários Estatutários do Departamento da Imprensa Oficial do Estado DIOE, que contarem com mais de 25 (vinte e cinco) anos de serviços, em função gráfica, aposentadoria integral, respeitado o tempo de "para todos os efeitos legais".

Art. 2.º - Ficam revogadas as expressões "n.º 4.335, artigos 9.º e 12, de 20/01/61", constantes do art. 95, da Lei n.º 4.544 de 31/01/62.

Art. 3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11/04/83.

(a) NESTOR BAPTISTA

#### JUSTIFICATIVA:

Com a presente redação, pretendemos restabelecer um direito que sempre existiu ao pessoal estatutário que compõe os quadros de funcionários do Departamento de Imprensa Oficial do Estado. O benefício que se pretende seja restabelecido. Já é concedido ao quadro de funcionários daquele Departamento de Imprensa Oficial, regido pela CLT. Assim está sendo cometida uma odiosa discriminação dentro de funções iguais, numa mesma autarquia do Estado. A aposentadoria para os que exercem funções gráficas, pela Consolidação as Leis do Trabalho, face à insalubridade, é concedida em termos especiais aos 25 anos de serviços. O que estamos com o presente plano de lei é estendendo tal benefício aos funcionários da DIOE que são regidos pelo Estatuto dos Funcionários Públicos e que já era previsto pela Lei 4.335, de 20/01/61.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 28/83

O nobre Deputado Nestor Baptista, propõe através do presente projeto de lei dar nova redação ao art. 12, da Lei número 4.335, de 20 de janeiro de 1961, que assegura aos funcionários do Departamento de Imprensa Oficial do Estado, que contarem com mais de 25 anos de efetivo serviço, aposentadoria integral.

Na justificativa, o ilustre autor sustenta que tal medida das mais meritórias é de pleno direito, já que o benefício pretendido está sendo concedido aos funcionários regidos pela CLT, daquele Departamento.

Julgo perfeitamente oportuna a iniciativa, que objetiva restabelecer um direito existente no próprio Departamento, para o pessoal estatutário.

Pela aprovação, é o parecer.

Sala das Comissões, em 21/06/83.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente  
EDMAR LUIZ COSTA - Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Lei n.º 28/83

O nobre Deputado Nestor Baptista, propõe através do presente Projeto de Lei dar nova redação ao art. 12, da Lei n.º 4.335, de 20 de janeiro de 1961, que assegura aos funcionários do Departamento de Imprensa Oficial do Estado que contarem com mais de 25 anos de efetivo serviço, aposentadoria integral.

Sobre a constitucionalidade da matéria, houve o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

No âmbito desta Comissão de Finanças, restrita a análise do aspecto financeiro

do projeto, temos que nada impede que o mesmo tenha a sua tramitação normal por esta Casa, pois a medida além de justa e de direito, é equitativa, de vez, que o benefício pretendido já está sendo concedido aos funcionários regidos pela C.L.T., daquele Departamento.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável à sua aprovação.

Sala das Comissões, em

(aa) ERVIN BONKOSKI - Presidente  
EZEQUIAS LOSSO - Relator

#### COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS

Parecer ao Projeto de Lei n.º 28/83

De autoria do nobre Deputado Nestor Baptista, o projeto intenta dar nova redação ao art. 12, da Lei n.º 4.335, de 20 de janeiro de 1961, que assegura aos funcionários do Departamento de Imprensa Oficial do Estado que contarem com mais de vinte e cinco anos de efetivo serviço, aposentadoria integral.

A referida propositura já foi apreciada pela Comissão de Constituição e Justiça e pela Comissão de Finanças, merecendo das mesmas pareceres favoráveis.

Quanto ao mérito, objeto de estudo desta Comissão de Recursos Humanos, não vemos qualquer impedimento que se lhe possa antepor, razão pela qual, nosso parecer é pela aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em

(aa) ODENI MONGRUEL - Presidente  
EDGARD PIMENTEL - Relator

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 218/83, de autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO MISSIONÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL REVERENDO DARCY MIRANDA GONÇALVES - AMAS", com sede e foro na cidade de Toledo. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

#### PROJETO DE LEI N.º 218/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º - Fica declarada de utilidade pública a "Associação Missionária de Assistência Social Reverendo Darcy Miranda Gonçalves", com a sigla "AMAS", com sede e foro na cidade de Toledo.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14/11/83.

(a) EZEQUIAS LOSSO

#### JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de utilidade pública tem desenvolvido excelente trabalho de natureza assistencial,

educacional e filantrópica, promovendo o bem-estar social, administrando obras, serviços e centros comunitários e ensinando os bons hábitos, sem discriminação de credo político, religioso ou nacionalidade.

Por esta razão, apresentamos o presente projeto de lei, esperando dos nobres Pares o devido apoio e, posteriormente, a aprovação.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 218/83

De autoria do ilustre Deputado Ezequias Losso, o presente plano de lei, tem como objetivo declarar de utilidade pública a Associação Missionária de Assistência Social Reverendo Darcy Miranda Gonçalves - AMAS, com sede e foro na cidade de Toledo.

O referido processo encontra-se com as peças exigidas pela legislação própria, sendo que não existe óbice de natureza regimental que impeça sua tramitação normal pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

Diante do exposto somos pela aprovação do presente plano de lei, nos termos em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29/11/83.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente  
IVAN GUBERT - Relator

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 215/83, de autoria do Deputado BASÍLIO ZANUSO, que denomina "ESCOLA ESTADUAL EURIDES CAVALCANTI TENÓRIO", Ensino de Primeiro Grau, a atual Escola Estadual Emile Durkhein, Ensino de Primeiro Grau, na cidade de Cruzeiro do Sul. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

#### PROJETO DE LEI N.º 215/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica denominada "ESCOLA ESTADUAL EURIDES CAVALCANTI TENÓRIO" - ensino de primeiro grau, a atual ESCOLA ESTADUAL EMILE DURKHEIN - ensino de primeiro grau da cidade de Cruzeiro do Sul.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10/11/83.

(a) BASÍLIO ZANUSO

#### JUSTIFICATIVA:

A homenageada foi a primeira professora de Cruzeiro do Sul. Tendo transferido sua residência do Estado de São Paulo, começou a lecionar como professora primária no então Distrito de Cruzeiro do Sul, em 15 de fevereiro de 1953. A partir de então, continuou a prestar relevantes serviços no campo da Educação como professo-

ra, diretora e inspetora municipal. Exerciu ainda as funções de Secretária e Auxiliar de Administração da Escola Emile Durkhein - Ensino de Primeiro Grau.

Pela Resolução n.º 13.803/83, publicada no Diário Oficial do Estado de 31 de março de 1983, foi aposentada no cargo de Professora classe e nível B-2, quando exercia a função de Auxiliar de Administração da Escola estadual Emile Durkhein e pela Resolução n.º 13.934/83, foi aposentada no cargo de professora classe e nível C-3, na função de Secretária da referida escola.

Pelos relevantes serviços prestados à comunidade, o Legislativo Municipal por unanimidade de seus membros, agraciou-a com o Título de Cidadã Honorária de Cruzeiro do Sul.

Eurides Cavalcanti Tenório nasceu em 15 de outubro de 1918, na cidade de Bebedouro, Estado de Alagoas e faleceu em 20 de agosto de 1983, em Cruzeiro do Sul, cidade onde lecionou por mais de trinta anos.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 215/83

De autoria do ilustre Deputado Basílio Zanusso, visa o presente plano de lei denominar "Escola Eurides Cavalcanti Tenório - Ensino de Primeiro Grau", a atual Escola Estadual Emile Durkhein - ensino de primeiro grau da cidade de Cruzeiro do Sul.

Quanto ao aspecto formal, o processo obedece aos requisitos do Regimento desta Casa, inexistindo reparos a fazer.

No que concerne ao mérito, a proposição é de absoluta oportunidade e justiça, já que objetiva prestar significativa homenagem à memória da educadora, que prestou relevantes serviços no campo da educação como professora, diretora e inspetora municipal que foi.

Em tais circunstâncias, dada a ausência de qualquer impedimento à normal tramitação do processo pelos demais órgãos da Casa, somos de opinião favorável à aprovação do projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22/11/83.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente  
AUGUSTO CARNEIRO - Relator

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 220/83, de autoria do Deputado TRAJANO BASTOS, que declara de utilidade pública o "GRÊMIO DOS MORADORES DO PARQUE RESIDENCIAL FAZENDINHA", com sede e foro nesta Capital. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

#### PROJETO DE LEI N.º 220/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - É considerado de utilidade pública o Grêmio dos Moradores do Parque Residencial Fazendinha, com sede e foro em Curitiba.

Art. 2.º - Esta lei vigorará à data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17/11/83.

(a) TRAJANO BASTOS

#### JUSTIFICATIVA:

O Grêmio dos Moradores do Parque Residencial Fazendinha, cujo estatuto anexamos a este projeto, demonstra nas suas finalidades, estar a merecer o reconhecimento como de utilidade pública, o que lhe propiciará oportunidade de exercitar ainda melhor a sua diretriz.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 220/83

De iniciativa do nobre Deputado Trajano Bastos, o projeto de lei em pauta pretende declarar de utilidade pública o "Grêmio dos Moradores do Parque Residencial Fazendinha", com sede e foro nesta Capital.

Tendo em vista a necessidade da manifestação desta douta Comissão de Constituição e Justiça, que deve se pronunciar sobre os aspectos legais e constitucionais da matéria, consideramos que o referido projeto de lei se enquadra nas normas determinadas pela Lei n.º 6.994, de 10 de janeiro de 1978.

Neste sentido, opinamos favoravelmente à matéria e nos manifestamos pela aprovação da mesma.

Sala das Comissões, em 13/11/83.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente  
EZEQUIAS LOSSO - Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a Mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando retirada da pauta da Ordem do Dia, do Projeto de Lei Complementar n.º 01/84, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 02/84. **Aprovado.** - À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, apelando no sentido da adequação das taxas e emolumentos recolhidos quando da aquisição por particulares de armas de fogo. **Aprovado.** - À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente, em regime de urgência, aos Srs. Agente Regional da Comissão de Financiamento da Produção - CFP, no Paraná e Presidente da Comissão de Financiamento da Produção - CFP,

em Brasília, comunicando-lhes a reivindicação formulada pela Associação das Indústrias Moageiras de Milho do Paraná e Corretora de Mercadorias do Paraná, para que as indústrias de milho também possam participar dos atuais leilões de milho. **Aprovado.** - À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Cultura e Esporte, encarecendo a liberação de recursos para a construção de duas canchas esportivas para os Distritos de Santo Rei e Geremia Lunardi, no Município de Nova Cantu. **Aprovado.** - À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a liberação de recursos financeiros para aquisição de combustível (óleo diesel) para o parque de máquinas existente na Administração Municipal do Município de Moreira Salles. **Aprovado.** - À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Presidente da TELEPAR, por intermédio da Secretaria do Interior, encarecendo a implantação do sistema de telefonia DDD, no Município de Mariluz. **Aprovado.** - À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da EMOPAR, por intermédio da Secretaria da Administração, encarecendo a realização de reformas nas instalações do prédio onde funciona a Escola Estadual Olavo Bilac, no Município de Peabiru. **Aprovado.** - À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Rede Globo de Televisão e à Televisão Paranaense - Canal 12, pela cobertura jornalística proporcionada pelo Comício pelas Eleições Diretas, realizado no Rio de Janeiro. **Aprovado.** - À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Nilso Sguarezi e Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando seja criada uma Comissão para coletar subsídios e oferecer sugestões ao Tribunal de Justiça do Estado, por ocasião da elaboração da nova Lei de Organização e Divisão Judiciárias do Estado. **Aprovado.** - À Diretoria Legislativa.

Aos Srs. Líderes para indicação dos membros da Comissão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, com apoioamento do Sr. De-

putado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando regime de urgência para a Mensagem Governamental n. 1/84.

**Aprovado.** - À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Aníbal Khury, com apoio de diversos Srs. Deputados, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, apelando para a aquisição, por parte do Estado, de helicópteros e aviões destinados a equipar o Poder Público nas tarefas de sua competência. **Aprovado.** - À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando ou-

tra para quinta-feira, dia 12, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.<sup>os</sup> 21/82, 215/83, 218/83, 220/83 e do Projeto de Lei Complementar n. 28/83.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Resolução n.<sup>os</sup> 110/83, 113/83, 114/83.

Marca ainda, uma Sessão Extraordinária, logo após, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Resolução n.<sup>os</sup> 115/83, 116/83, 117/83.

Levanta-se a sessão.